

Educar para a nação: jornais escolares e o projeto de nacionalização em Santa Catarina (décadas de 1930-1940)¹

Cristiani Bereta da Silva*

 Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

 cristianibereta@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2304-0307>

Recibido: 2 de noviembre de 2025 | Aceptado: 26 de noviembre de 2025

Resumo

A partir da década de 1930, jornais escolares junto a outras associações auxiliares, foram prescritos às escolas pelo Departamento de Educação de Santa Catarina. Principalmente no Estado Novo (1937-1945), tais práticas converteram-se em instrumentos fundamentais do projeto de nacionalização em curso desde o final do século XIX. Sobretudo por meio dos jornais, dos clubes agrícolas e das ligas pró-língua nacional, difundiam-se o uso da língua portuguesa e valores cívicos e morais, com o objetivo de ensinar as crianças, especialmente descendentes de imigrantes alemães e italianos, a se tornarem “brasileiras”. Este artigo analisa o contexto de produção desses jornais e as narrativas sobre o cotidiano escolar veiculadas em suas páginas. Textos assinados por estudantes, ainda que sob controle docente, mostram práticas de escrita e leitura que permitem compreender o projeto de nacionalização a partir da cultura escolar. O estudo integra uma pesquisa mais ampla sobre jornais escolares, financiada pelo CNPq e pela FAPESC, que já inventariou mais de 1.300 títulos elaborados entre 1895 e 1975. Esses periódicos integram o patrimônio histórico-educativo nacional. São memórias de sujeitos e práticas escolares do passado, com descrições de aulas, livros, festividades e homenagens. As narrativas evidenciam como as culturas escolar, política e histórica se entrecruzam, revelando adesões e distanciamentos de projetos de futuro concebidos em outros tempos.

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

* Cristiani Bereta da Silva é graduada e doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou estágio pós-doutoral na Unicamp e na Universidade de Alcalá (Espanha). Professora titular do Departamento de História, atuando como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa Profissional em Ensino de História (ProfHistória), na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Palavras-chave

Jornais escolares, nacionalização, cultura escolar, cultura histórica, cultura política.

Educar para la nación: periódicos escolares y el proyecto de nacionalización en Santa Catarina (décadas de 1930 y 1940)

Resumen

A partir de la década de 1930, los periódicos escolares, junto con otras asociaciones auxiliares, fueron prescritos a las escuelas por el Departamento de Educación de Santa Catarina. Principalmente durante el Estado Novo (1937-1945), tales prácticas se convirtieron en instrumentos fundamentales del proyecto de nacionalización en marcha desde finales del siglo XIX. Sobre todo, a través de los periódicos escolares, los clubes agrícolas y las ligas pro lengua nacional, se difundía el uso del idioma portugués y los valores cívicos y morales, con el propósito de enseñar a los niños –especialmente a los descendientes de inmigrantes alemanes e italianos– a convertirse en “brasileños”. Este artículo analiza el contexto de producción de esos periódicos y las narrativas sobre la vida escolar difundidas en sus páginas. Los textos firmados por estudiantes, aunque bajo supervisión docente, muestran prácticas de escritura y lectura que permiten comprender el proyecto de nacionalización a través de la cultura escolar. El estudio forma parte de una investigación más amplia sobre periódicos escolares, financiada por el CNPq y la FAPESC, que ya ha inventariado más de 1.300 títulos elaborados entre 1895 y 1975. Estos periódicos integran el patrimonio histórico-educativo nacional. Son memorias de sujetos y prácticas escolares del pasado que describen clases, libros, festividades y homenajes. Las narrativas evidencian cómo las culturas escolar, política e histórica se entrecruzan, revelando adhesiones y distanciamientos de proyectos de futuro concebidos en otros tiempos.

Palabras clave

Periódicos escolares, nacionalización, cultura escolar, cultura histórica, cultura política.

Educating for the Nation: School Newspapers and the Nationalization Project in Santa Catarina (1930s-1940s)

Abstract

From the 1930s onward, school newspapers, along with other auxiliary associations, were prescribed to schools by the Department of Education of Santa Catarina. Especially during the Estado Novo (1937-1945), these practices became key instruments of the nationalization project under way since the late nineteenth century. Above all through school newspapers, agricultural clubs, and pro-national language leagues, the use of the Portuguese language and civic and moral values were promoted, aiming to teach children –especially those of German and Italian descent– to become “Brazilian”. This article analyzes both the context in which these newspapers were produced and the narratives about school life published

in their pages. Texts signed by students, though under teachers' supervision, reveal writing and reading practices that help to understand the nationalization project through school culture. The study is part of broader research on school newspapers, funded by CNPq and FAPESC, which has already catalogued more than 1,300 titles produced between 1895 and 1975. These periodicals form part of Brazil's educational historical heritage. They are memories of past subjects and school practices, describing classes, books, festivities and tributes. The narratives show how school, political and historical cultures intersect, revealing both adherence to and distance from future projects conceived in other times.

Keywords

School newspapers, nationalization, school culture, historical culture, political culture.

INTRODUÇÃO

Passo à nacionalização do ensino, que em nossos dias se impõe imperiosamente. É a língua que no Brasil mantém o **espírito de nacionalidade** e é por meio dela que devemos chamar para a vida brasileira os filhos de imigrantes no nosso território. Temos no nosso Estado colônias alemãs e italianas onde a atividade do professor deve ser maior. Compete, pois, a ele, incutir com boas maneiras no espírito do aluno o amor à Pátria; fazer-lhe compreender as belezas da nossa terra e da nossa língua e por meio dela a criança aprenderá a conhecer o caráter nacional, os nossos costumes e a nossa história. (Marcelino, 1936, p. 46; grifos meus²).

Esse trecho é um relato feito pela diretora Eulina Marcelino, do Grupo Escolar Tibúrcio de Freitas, de Urussanga, sobre as lições recebidas na Semana Educacional, ocorrida em julho, de 1936, em Blumenau. Ele foi publicado, juntamente com outros relatos de professores, na Revista de Educação que, naquele ano, deu especial destaque para as semanas educacionais e ruralistas, realizadas em diferentes cidades de Santa Catarina. Segundo pesquisa de Ticiane Bombassaro (2006), esses eventos eram subsidiados pela Sociedade Amigos de Alberto Torres e promoviam de forma intensa a criação de associações auxiliares nas escolas, como, por exemplo: clube agrícola, jornal, liga pró-língua nacional, pelotão de saúde, liga da bondade, biblioteca, clube de leitura, orfeão, museu, caixa escolar e cooperativa escolar. Voltadas ao ensino primário, tinham como finalidade preparar as crianças para o futuro da nação. Funcionavam como pequenas organizações, integradas e dirigidas por estudantes, sob a orientação de um professor responsável (Otto, 2012).

Em Santa Catarina, a atuação da Sociedade Amigos de Alberto Torres, a partir de 1935, foi preponderante para que as escolas também assumissem o projeto considerado moderno para a nação idealizada naquele momento. Essa sociedade, fundada em 1932 no Rio de Janeiro,

² Com o objetivo de facilitar a leitura e garantir a acessibilidade dos textos históricos, todos os documentos citados tiveram sua grafia adaptada às atuais normas ortográficas da Língua Portuguesa. Essa atualização foi realizada sem qualquer alteração no conteúdo ou no sentido original dos documentos.

era herdeira da corrente de ideias ligadas ao “ruralismo brasileiro”, cujo representante mais relevante foi o político e jornalista Alberto Torres (1865-1917). Emergentes na Primeira República, apoiavam-se na chamada vocação agrícola do país, entendida como uma das chaves para seu progresso. Inicialmente, conforme Neide Fiori (2002), o ruralismo não tinha como foco a questão educacional, situação que mudou junto com o contexto político e econômico, a partir da década de 1930. Nesse período, observa-se a intensificação do processo de urbanização do território brasileiro. Os crescentes deslocamentos do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida, começaram a ser vistos como problemas a serem enfrentados pela sociedade. O “ruralismo pedagógico” iria surgir como alternativa para se lidar com a educação dos brasileiros vindos do campo para a cidade e para nacionalizar os “estrangeiros”, que ficavam nas zonas coloniais. Isso foi feito por meio de estratégias, como por exemplo a criação dos clubes agrícolas nas escolas. O Departamento de Educação catarinense, criado em 1935, trabalhou conjuntamente com a Sociedade Amigos de Alberto Torres no projeto nacionalizador encampado no Estado.

Jornais de circulação local também repercutiam e ampliavam as semanas de educação e davam destaque para a criação dos clubes agrícolas e jornais nas escolas. No dia 2 de julho, de 1936, o jornal *República*, de Florianópolis, reproduziu telegramas enviados pelo Diretor do Departamento de Educação, Luis Sanches Bezerra da Trindade, com sínteses das atividades realizadas. Elas incluíram “aula de Português”, destinada aos professores das escolas isoladas, palestras sobre “a língua como unidade pátria” e “o professorado em face da escola nova”. Descreveram também diferentes atividades que envolviam a criação de associações auxiliares nas escolas da região. Dentre elas, destaca-se o “plantio solene de Pau Brasil, oferecido pelo Clube Agrícola Escolar Alberto Torres, de Recife, Pernambuco”, no Grupo Escolar Jerônimo Coelho e a escolha do nome do jornal da mesma escola, chamado *Estudante* (Trindade, 1936, pp. 7-8). As semanas realizadas em São Francisco do Sul, Brusque e em Itajaí, também foram noticiadas e a criação de vários novos jornais nas escolas dessas cidades, destacadas. Seus títulos foram divulgados e as iniciativas saudadas entusiasticamente. Os jornalistas os qualificavam como “grande valia da escola nova” e como veículos “dos pensamentos da geração nova” (Bombassaro, 2006, p. 65).

Observa-se que os textos publicados na *Revista de Educação* e nos jornais de circulação local articulam as ideias de “escola nova” e de “renovação pedagógica” à promoção de um ensino prático, ativo, capaz de educar os estudantes para o futuro da nação. As associações auxiliares emergem, assim, como chave para levar a cabo tal objetivo, que, em fins práticos, é indissociável do projeto de nacionalização defendido por intelectuais e políticos ligados ao Departamento de Educação. O relato da diretora Eulina Marcelino, apresentado no início dessa introdução, é um exemplo entre muitos, que reforça a função nacionalizadora dos clubes agrícolas e de outras associações auxiliares, como os jornais. Diferentes discursos delegavam aos professores e às escolas maior responsabilidade em promover a unidade linguística e desenvolver o “espírito de nacionalidade” entre os estudantes que descendiam de imigrantes, especialmente alemães e italianos. Indicam a força dos enunciados que, desde o final do século XIX, circulavam no Estado sobre a brasiliidade dos catarinenses.

“Educar o cidadão para a Nação”, investindo a escola de uma função cívica e simbólica que articulava civismo, moralidade e disciplina social, foi estratégia apoiada por diferentes políticas públicas, no período. Essa relação entre cultura política e cultura histórica encontra,

na escola, um terreno privilegiado de concretização. Nesse sentido, os jornais podem ser abordados como artefatos da cultura escolar cujo funcionamento captura tanto prescrições normativas quanto apropriações e reinterpretações feitas pelos sujeitos da escola (Escolano Benito, 2017). Ao circular entre salas, pátios e comemorações, com relatos de aulas, efemérides, homenagens e protocolos de civilidade, os jornais contribuíram para fixar modos de ver, sentir e pertencer à nação brasileira, no cotidiano escolar. A articulação entre memória e história, aqui, é um procedimento de leitura que toma os jornais como suportes narrativos de identidades em disputa, observando como determinados passados foram organizados e como certas expectativas de futuro foram instigadas (Ricoeur, 2007; Koselleck, 2014; Rüsen, 2014). Isso permite observar, no plano das práticas, o entrecruzamento entre culturas escolar, política e histórica (Silva, 2013; Silva e Zamboni, 2013; Silva, 2025).

Este artigo apresenta o contexto de produção desses jornais nas décadas de 1930 e 1940, destacando sua dupla função de prática pedagógica e instrumento político a serviço do projeto de nacionalização. O estudo integra uma pesquisa mais ampla³, que inventariou em arquivos e bibliotecas do Estado, 1.385 títulos, cerca de 29.950 exemplares de jornais elaborados entre 1895 e 1975. Dos 1.385 jornais localizados, 900 possuem exemplares publicados dentro do período recortado para esta discussão. Dado o volume dos documentos históricos disponíveis à análise, apresenta-se aqui uma leitura panorâmica, ou seja, não constitui objetivo a análise por título, mas a composição de um quadro interpretativo que considere recorrências e variações regionais e institucionais. Para o recorte 1930-1940, privilegiaram-se 10 jornais (ver quadro 1) que tiveram exemplares publicados no período de consolidação das associações auxiliares e de recrudescimento de políticas relacionadas a nacionalização. Sempre que pertinente, foram assinaladas singularidades locais, evitando homogeneizar experiências que foram, por definição, situadas. Os critérios de seleção dessa amostragem foram: quantidade de exemplares localizados, periodicidade, capacidade de representar os diferentes tipos de escolas primárias existentes e as regiões do Estado. Em trabalhos anteriores relacionados ao projeto, alguns jornais foram analisados em profundidade, destacando sua materialidade, seus modos de produção e suas retóricas políticas (Silva, 2013; Cunha e Silva, 2020; Silva e Vieira, 2024; Silva, 2025). Aqui, conserva-se a atenção a tais singularidades, mas privilegia-se um quadro mais amplo: as lógicas de prescrição, as articulações entre cultura escolar, cultura histórica e cultura política.

O argumento central é que os jornais escolares devem ser entendidos, simultaneamente, como instrumentos de nacionalização e como memórias arquivadas de experiências escolares. Nessa chave, operam como patrimônio histórico-educativo: materialidades com memória que condensam vozes estudantis, mediações docentes e políticas do tempo

³ Trata-se do projeto *Jornais escolares como culturas de memória: vestígios de presentes passados entre práticas culturais e políticas* que vem localizando e inventariando jornais de escolas primárias e secundárias de Santa Catarina, elaborados entre o final do século XIX e década de 1970. Desenvolvido por docentes e estudantes vinculados à graduação e à pós-graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), que integram o grupo de pesquisa *Ensino de História, Memória e Culturas* (CNPq, Udesc). É financiado pelo CNPq, por meio de bolsas, e pela Fapesc, em forma de apoio à infraestrutura dos grupos de pesquisa da Udesc e por meio do Edital de Chamada Pública Universal n. 21/2024. Todos os jornais escolares inventariados até 2025 estão num catálogo preliminar (Silva et al., 2023) disponível online. Recursos obtidos junto a Fapesc estão sendo utilizados na construção de um Portal, que conterá um catálogo interativo online, e outros materiais relativos aos jornais, a ser lançado em 2026.

(Silva, 2020). A análise não trabalha com oposições, em que haveria, de um lado, um uso pedagógico “puro”, e de outro um uso político “imposto”. A ideia é observar sua copresença e seus entrelaçamentos no cotidiano escolar catarinense. Para tanto, o artigo tratará primeiro do contexto prescritivo dos jornais, das características do corpus documental e da metodologia de análise empreendida. Em seguida, apresenta exemplos de narrativas assinadas por estudantes, ainda que sob controle docente, que permitem compreender o projeto de nacionalização a partir da cultura escolar. Ao tratá-los como patrimônio histórico-educativo, enfatiza-se a sua condição de memórias de sujeitos e práticas escolares do passado, descrevendo aulas, livros, festividades e homenagens. Nas páginas dos periódicos, culturas escolar, política e histórica se entrecruzam, indicando adesões e distanciamentos diante de projetos de futuro concebidos em outros tempos.

Os jornais, assim como outros documentos históricos, são testemunhos que encerram memórias como “traços de presença” (Ricoeur, 2007, p. 61). O problema da fidelidade da memória está sempre posto na operação historiográfica, contudo, os historiadores não possuem outro recurso em relação ao passado, senão a própria memória. Como bem lembra Paul Ricoeur (2007, p. 40) não temos nada melhor que ela “para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou, antes que declarássemos nos lembrar dela”. Como espaço de produção de cultura, a escola apresenta práticas muito complexas, em que se encadeiam rituais interativos imersos em arquipélagos que se “inserem no mundo da cotidianidade, seu contexto” (Escolano Benito, 2017, p. 77). Apreender a “realidade” desse cotidiano, tal como ele “foi” é tarefa impossível. Contudo, por meio de vestígios ou “traços de presença”, assim como “confronto de testemunhos”, é possível construir algumas representações sobre como esse cotidiano poderia ter sido. Jornais escolares são “restos de escola”, “materialidades com memória” (Escolano Benito, 2017, p. 227) que trazem narrativas sobre o cotidiano de escolas e práticas de sujeitos do passado. É nesta chave de leitura e de interpretação que as análises aqui propostas se organizam.

JORNAIS ESCOLARES: PRESCRIÇÕES, PRÁTICAS E NARRATIVAS DE NACIONALIZAÇÃO

Pode-se dizer que jornais escolares não eram uma novidade em diferentes países, nem mesmo em Santa Catarina, nos anos 1930. No Brasil, os primeiros exemplares datam de 1845, com maior incidência a partir de 1870 (Martineli e Machado, 2021). O jornal escolar mais antigo localizado pela pesquisa encontra-se na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina⁴. Trata-se d’O Estudante, manuscrito de 1895, do Ginásio Catarinense⁵. A emergência desses periódicos ainda no século XIX, deve ser compreendida no contexto mais amplo da expansão

⁴ Disponível para consulta e download na Hemeroteca Digital Catarinense. <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>

⁵ Instituição fundada pelo poder público estadual, em 1892 (sendo refundada em 1894), em Florianópolis. A iniciativa fracassou e, em 1905, ela foi fechada. O estabelecimento de uma aliança entre os poderes públicos catarinenses e o alto clero católico, entregou o ensino secundário da Capital à Companhia de Jesus, que fundou o Ginásio Santa Catarina, atual Colégio Catarinense.

da imprensa e da instrução pública, integrando um movimento transnacional, em que práticas pedagógicas e políticas se fundem na formação de sujeitos modernos (Hernández Díaz, 2015; Racine, 2020; Chiosso, 2019).

No Brasil, observa-se que os jornais escolares passaram a integrar práticas de renovação pedagógica a partir da década de 1920. Mas foi o movimento escola-nova que deu impulso à confecção de jornais nas escolas, como fenômeno de prática pedagógica considerada moderna. Na década de 1930, houve uma aproximação com o método de Célestin Freinet (1974), que valorizava a produção de textos livres e o uso de jornais como técnica ativa no processo educativo. A circulação dessas ideias é evidenciada por referências ao “método Freinet” já presentes na imprensa desde 1931, como em artigo publicado no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro (*O Problema*, 1931, p. 7). Ele também é mencionado no livro *Jornais Escolares*, de Guerino Casasanta (1939), que detalha experiências com esses materiais nas escolas de Minas Gerais, em 1933, quando ocupou o cargo de Inspetor geral da Instrução naquele Estado.

Em 1935, é criado o Departamento de Educação em Santa Catarina, representado principalmente por Luis Sanchez Bezerra da Trindade, que ocupava sua direção; Elpídio Barbosa, subdiretor técnico; e João dos Santos Areão, Inspetor Federal de Nacionalização do Ensino. O trabalho desses professores à frente do Departamento foi marcado por políticas com fins de modernizar o sistema educacional. Neste contexto de reformas, a formação dos professores teve como foco a atualização dos métodos de ensino vigentes, considerados atrasados, baseados em repetição e memorização. Investia-se assim, na adoção de métodos considerados renovados, capazes de preparar os estudantes para a vida e para o trabalho. As associações deveriam permitir que eles vivenciassem atividades concretas ligadas a “vida adulta”, exercitando cooperação, respeito às autoridades e serviço à nação. Por isso, deveriam promover a difusão e o aperfeiçoamento da língua portuguesa, bem como a apropriação de sentidos pátrios e morais. Correspondências, circulares e relatórios expedidos pelo Departamento de Educação, e enviados a professores, diretores e inspetores escolares, reforçam essa diretriz, evidenciando a centralidade das associações auxiliares no projeto pedagógico e político de formar os estudantes catarinenses para a Nação, ou, mais precisamente, para o futuro dessa nação imaginada.

No relatório de João dos Santos Areão, de 1937, relativo às atividades do ano de 1936, essa centralidade fica evidente. Ao tratar do progresso da nacionalização nas zonas coloniais, ele admite que o almejado objetivo da “perfeita integração no espírito nacional, daqueles que ainda se acham divorciados da vida brasileira” ainda estava “em época um pouco longínqua” de ser alcançado. A morosidade do progresso conquistado, devia-se, em termos mais gerais, a vultosa presença de “elementos estrangeiros” que, durante muito tempo, falaram e ensinaram exclusivamente em língua estrangeira no Estado. Assim, além das medidas tomadas, que colocaram “freios a expansão” dessa prática, era imperativo que houvesse mais recursos, sobretudo para distribuição em larga escala de mapas, gravuras, filmes e bandeiras:

É de bem notar a responsabilidade que repousa sobre os ombros dos que têm por missão tão importante tarefa, a meu ver ainda não atacada como deveria ser. Várias vezes tenho manifestado todos os tropeços que encontramos, mais do lado material do que moral. O tanto que nos falta em recursos financeiros para levarmos a cabo tão espinhosa obra, nos sobra em força moral,

quer por parte dos Srs. Governadores do Estado que, honras lhes sejam feitas, nunca descuraram de tão melindrosa empreitada. (Areão, 1937, p. 2)

Na falta desses investimentos, o trabalho nas semanas educacionais organizadas pelo Departamento de Educação, em 1936, é descrito por este inspetor com entusiasmo: “Obtivemos 157 jornais escolares e a organização de 32 clubes agrícolas” (Areão, 1937, p. 3). Em relação às visitas de inspeção às escolas subvencionadas, ele chama a atenção que o clube agrícola, a biblioteca e o jornal são:

Elementos poderosos na formação da consciência que desejamos ter em nossa Pátria. Com o Clube Agrícola, fazemos a criança amar o solo; com a biblioteca, ampliamos a inteligência e o caráter e com o jornal formamos uma mentalidade sadia e capaz de elevar bem alto o nome da escola de onde hauriram conhecimentos. (Areão, 1937, p. 10)

A preocupação com a homogeneização cultural da população catarinense já aparecia nos debates travados entre políticos e intelectuais no final do século XIX e início do XX. Porém, a partir de 1935, sob o governo de Nereu Ramos (interventor federal entre 1937 e 1945), o Estado empreendeu forte política de cunho nacionalizador por meio de diferentes estratégias que atingiram o sistema educativo. Os principais alvos eram os descendentes de alemães e italianos. Entre as iniciativas de afirmação da brasiliade de Santa Catarina estava a proibição aos estrangeiros e seus descendentes de usar o idioma de origem. Para Cristiani Bereta da Silva (2014, p. 19), “o projeto que se materializava a partir de então tinha especificidades, pois se construía em torno da afirmação da identidade nacional e espraiava-se de forma mais contundente principalmente a partir dos estabelecimentos de ensino”.

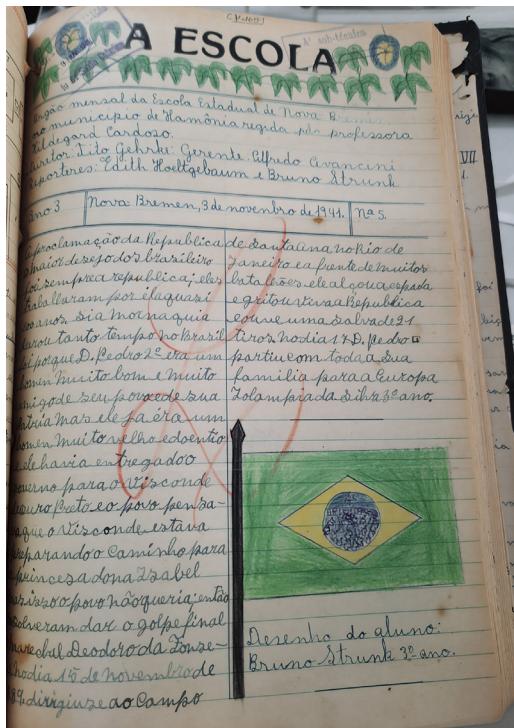
No programa político e nas reformas educacionais que ocorreram durante a campanha da nacionalização do ensino, a educação vinculou-se a um projeto mais amplo que tinha como alvo promover a unificação do uso da língua e dos costumes. É nesse contexto que o Departamento de Educação cria uma série de aparatos legais destinados às escolas, prescrevendo e controlando o funcionamento das associações auxiliares. Em 12 de abril de 1937, na Circular n.º 7, Luis Sanches Bezerra Trindade, dá instruções aos professores de como fazer o jornal escolar “para que deles desapareçam as falhas que vimos observando”:

- 1 – Todo jornal terá um nome que será de livre escolha dos escolares;
- 2 – O corpo redatorial que será escolhido por eleição, se comporá de um diretor, um gerente e dois repórteres;
- 3 – No cabeçalho do jornal, além do nome, virá o número, que representará a ordem da tiragem; o ano, que representará o tempo de existência do jornal;
- 4 – O nome dos alunos que compõe o corpo redatorial;
- 5 – A data e o nome do lugar onde funciona a escola, bem como o nome do município;
- 6 – Remeter, de cada número publicado, dois exemplares para este Departamento.** (Trindade, 1937, p. 27; grifos meus)

A partir de então, circulares, decretos sobre as associações e, em particular, sobre os jornais escolares só aumentaram. Os relatórios de inspeção mostram que a quantidade de

jornais também se multiplicou no Estado. Uma importante fração deles foi preservada, chegando ao presente, muito em parte graças ao gesto burocrático de controle do Departamento de Educação que exigia que dois exemplares de cada número publicado lhes fosse enviado, como já aparece no item 6, da circular assinada por Luis Sanches Bezerra Trindade. Dos 1.385 títulos localizados, 1.368 estão no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc). São 207 códices, organizados em tomos e volumes, encadernados em capa dura, numerados e divididos por escolas, municípios ou anos, o que preservou não apenas a materialidade dos jornais, mas também parte de sua ordem administrativa original. Tal característica confere ao conjunto um valor documental raro, que conjuga simultaneamente dimensões pedagógicas, políticas e arquivísticas. As imagens 1 e 2 são exemplos de materialidade dos jornais mais comuns, localizados pela pesquisa.

Imagen 1. A Escola, nov. 1941 (manuscrito, folha de papel alçaço, 4 páginas)



Fonte: fotografia do grupo de pesquisa. Apesc.

Imagen 2. Meu Torrão, jun. 1939 (impresso, tabloide⁶, 4 páginas)



Fonte: imagem extraída da Hemeroteca Digital Catarinense. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

⁶ Formato de jornal surgido em meados do século XX, em que cada página mede 26,5 cm horizontais por 29,7 cm verticais. Encontram-se variações, porém, de 28 cm × 38 cm a 29 cm × 40 cm. No caso dos jornais impressos localizados na pesquisa, o tamanho é em torno de 27,5 cm × 37 cm.

Do conjunto localizado, destacam-se os manuscritos em folhas de papel almaço, com quatro páginas. Esses são os mais comuns. Observa-se, porém, variações que indicam a diversidade desses materiais. Além dos manuscritos, encontram-se exemplares datilografados e impressos. A quantidade de páginas também varia, entre duas a mais de duas dezenas. Os formatos também são diversos, além das folhas de papel almaço, encontram-se folhas de papel A4 e A5. No caso dos impressos, em sua maioria, são em papel jornal e em formato tabloide. Essa heterogeneidade reflete a pluralidade de experiências escolares e condições de produção, advindas dos diferentes tipos de escolas primárias existentes no período, como as isoladas, as reunidas e os grupos escolares⁷. Deve-se destacar que 98 % dos jornais encontrados são de escolas primárias, especialmente as isoladas. 900 dos 1.385 títulos possuem exemplares publicados entre 1939 e 1945, sendo que a maior produção se concentra nos anos de 1942 a 1945, período em que se observa o aumento tanto da quantidade de títulos quanto de exemplares.

Quadro 1. Amostra de jornais com maior longevidade e/ou quantidade de exemplares localizados

| Título | Escola | Cidade ⁸ | Exemplares localizados | Período |
|-------------------------------|--|------------------------------|------------------------|-----------|
| <i>A Escola</i> | Escola Isolada Estadual de Nova Bremen | Hamônia (Ibirama, após 1943) | 101 | 1941-1951 |
| <i>O Cruzeiro</i> | Escola Isolada Municipal de Rio Corujas | Tubarão | 92 | 1941-1950 |
| <i>Meninice</i> | Escolpa Pública Feminina de Sangão | Jaguaruna | 90 | 1942-1951 |
| <i>Guanabara</i> | Escola Mista Estadual de Batéas de Baixo | Campo Alegre | 86 | 1941-1951 |
| <i>O Estudante Orleanense</i> | Grupo Escolar Costa Carneiro | Orleans | 82 | 1941-1973 |

⁷ Em Santa Catarina, as escolas isoladas disseminaram-se nos Oitocentos, durante o Império, e foram predominantes até, pelo menos, a década de 1960. No século XX eram mais comuns em áreas rurais e/ou zonas coloniais, distantes dos centros urbanos e, geralmente, possuíam uma única sala de aula, com um único professor responsável por ensinar todas as crianças, com diferentes idades e níveis de aprendizagem. A partir de 1915, surgiram as Escolas Reunidas, que, assim como o nome indica, era uma escola criada com o objetivo de reunir duas ou mais escolas isoladas num único estabelecimento. Os prédios e instalações eram mais simples que as dos grupos escolares, mas seu funcionamento era similar. Desde que cumprisse as determinações legais, poderiam ser elevadas a categoria de grupos escolares de segunda classe. Os grupos escolares, modelos de escolas graduadas começaram a ser implantados no Estado, em 1911, no contexto da reforma da instrução pública. Nesse mesmo ano, os cursos complementares (também chamados de “Normal Primário”) foram regulamentados. Organizados em três anos, funcionavam anexos aos grupos escolares e destinavam-se aos seus egressos. Era uma forma de os estudantes poderem seguir com a escolarização e, ao mesmo tempo, aguardar ter idade suficiente para ingressar nas escolas normais secundárias, que exigiam idade mínima de 16 anos para as moças e 18 para os rapazes. Contudo, sua principal finalidade era mesmo formar professores para atuar em escolas isoladas. Os egressos desses cursos complementares podiam iniciar suas vidas profissionais bem jovens, 14, 15 anos em média. Apenas os cursos normais secundários davam direito ao exercício da docência nos grupos escolares e cursos complementares.

⁸ No artigo optou-se por manter as informações originais quanto a localização das escolas, porém, muitos distritos se emanciparam apresentando outras configurações espaciais, no presente.

| | | | | |
|-----------------------------|---|----------------------|----|-----------|
| <i>O Colibri</i> | Escola Mista Municipal Almirante Tamandaré de Mulde Baixa | Indaial | 81 | 1942-1951 |
| <i>O Bandeirante</i> | Escola Estadual Mista de Veadó do Vargedó | Nova Trento | 80 | 1941-1951 |
| <i>Coração Infantil</i> | Escolas Reunidas da Vila de Garuva | São Francisco do Sul | 69 | 1944-1951 |
| <i>Meu Torrão</i> | Curso Complementar do Grupo Escolar Abdon Batista | Jaraguá do Sul | 48 | 1939-1951 |
| <i>A Criança Brasileira</i> | Grupo Escolar Lauro Müller | Florianópolis | 46 | 1942-1963 |

Fonte: elaboração da autora a partir de Silva et al., 2023.

O quadro 1 é uma amostra dos jornais que possuem a maior quantidade de exemplares publicados e que estão dentro do período recortado para este artigo. O jornal *A Escola*, de uma escola estadual isolada, localizada em uma zona colonial alemã, é o que tem a maior quantidade de exemplares preservados (ver imagem 1). Já *A Criança Brasileira* e *O Estudante Orleanense* são marcados pela longevidade de sua produção, chegando as décadas de 1960 e 1970, respectivamente, demonstrando o impacto dessas políticas educacionais na cultura escolar.

Faz-se importante sinalizar que os periódicos localizados e inventariados pela pesquisa não se enquadraram, propriamente, na categoria de “textos livres”, de Celéstin Freinet (1974). Nos periódicos encontrados observa-se que são os estudantes que assinam os textos; porém, sua participação é mediada e, muito provavelmente, controlada pelos docentes. De todo o modo, em muitos jornais é possível observar que os textos são escritos por diferentes crianças, pois os manuscritos têm as marcas pessoais de cada escrita, tipo de letra, de caneta etc. Esses documentos trazem práticas de escrita e de leitura sobre temas variados. Exercícios de redações, de descrições e de cartas, narram como era a escola, as sabatinas ou outros exames, quais livros eram lidos e que exercícios de Português, Aritmética, História e Geografia eram praticados. Também contam sobre festividades, homenagens, poemas recitados e cantos ensaiados. Na maioria das vezes essas atividades são relacionadas a outras associações auxiliares, as quais os jornais tinham por obrigação relatar.

A materialidade dos jornais preservados permite perceber como essas diretrizes normativas se traduziram em práticas concretas no cotidiano das escolas. É nesse ponto que o corpus documental se torna decisivo para evidenciar como professores e estudantes, situados em contextos distintos, apropriaram-se das prescrições oficiais e lhes atribuíram sentidos particulares.

O jornal *A Escola* é assinado pelos estudantes da Escola Estadual de Nova Bremen, cidade de Hamônioia (a partir de 1943, Ibirama). A comunidade era de descendentes de alemães. Essa escola foi criada no lugar de outra, alemã, que foi fechada, em 1938, por conta da campanha de nacionalização no Estado. Todos os 101 exemplares localizados, de 1941 a 1951, são manuscritos em folhas de papel almaço e informam a regência da professora Cecília Bertha Hildegard Cardoso. Nota-se, pelos formatos das letras e pelas cores (azul e preto), que os

textos de cada número eram escritos por estudantes diferentes. No exemplar do dia 2 de junho de 1941, já na capa, há um texto do estudante Hercílio Pereira, do 3º ano, indicando que o jornal, fundado em 1938, havia mudado sua diretoria, toda composta por estudantes. Também que “o jornal é feito pelos alunos. E eles devem cuidar para não escrever errado, porque a professora não corrige os trabalhos” (Pereira, 1941, p. 1). Trata-se de uma sinalização importante que indica que a professora seguia as instruções expedidas pelo Departamento de Educação.

Nos anos de 1941 a 1945 os textos contam sobre o cotidiano da escola e da comunidade. Efemérides, realizações de festas cívicas na escola ou na cidade, além de notícias sobre nascimentos, batizados, doenças e mortes preenchem as páginas desse jornal. Pelas descrições, a escola estava encravada em meio a diferentes plantações de milho, feijão e batata. A rotina de cultivo e de trato com os animais fazia parte das experiências dos estudantes. Além disso, ficam evidentes os esforços em enaltecer as figuras de Getúlio Vargas e de Nereu Ramos, dirigentes máximos, cujos retratos estão na sala de aula, descrita várias vezes. Também os heróis e símbolos nacionais.

Diferentes números se referem à necessidade de se falar a língua portuguesa, ou o “brasileiro”, como no texto da estudante Edith Höeltge, do 3º ano, que explica que a Liga Pró-Língua Nacional “é para ensinar os alunos que não sabem falar bem brasileiro” (Höeltge, 1941, p. 3). Em 2 de março de 1942, a visita do inspetor à escola é noticiada com a sinalização: “Ele nos avisou que não falássemos alemão” (Silva, 1942, p. 4). Em março de 1943, a estudante Irngard Scharf, tratou do início das aulas, da quantidade de alunos, naquele ano: 20 meninas e 25 meninos, dentre esses, estudantes novos que “já quase todos falam um pouco o brasileiro” (Scharf, 1943, p. 3). A ênfase recorrente no abandono da língua alemã - da atuação da Liga Pró-Língua Nacional às advertências do inspetor - mostra como o jornal constituía-se em espaço de vigilância linguística e moral. As referências de Edith Höeltge e Irngard Scharf ao aprendizado do “brasileiro” indicam as tensões desse processo, com estudantes que se situavam entre a herança familiar, as experiências na escola e as novas exigências de nacionalização.

O jornal *O Cruzeiro*, da Escola Isolada Municipal de Rio Corujas, que à época ficava na cidade de Tubarão, assim como *A escola*, era manuscrito em papel almaço. A maior parte dos textos é escrita a lápis, e nota-se que foram estudantes diferentes que escreviam nele. Porém, diferentemente do jornal de Nova Bremen, observa-se que devem ter passado por correção antes, mesmo a despeito de alguns erros. No exemplar de fevereiro, o primeiro de 1941, a capa traz a informação sobre a quantidade de estudantes matriculados daquele ano, 28. Também que o professor regente era Guilherme Rech. O estudante Adolfo Kniess (1941, p. 2), do 3º ano, informa sobre a eleição da diretoria do Clube Agrícola da escola, fundado em 1938. Ele descreve os serviços feitos pelo clube, quando iniciaram as aulas: “Plantamos batatas inglesas, mais mudas do que colhemos no ano passado. Falta um trecho para capinar”. No mês seguinte, outra estudante, também do 3º ano, Irma Reck (1941, p. 3), descreve as atividades daquele mês e ainda informa: “Já nasceram as batatas plantadas no mês passado, acabamos a capinação do jardim e compramos sementes de repolho”.

O Clube Agrícola aparece em quase todos os exemplares. Nos jornais de escolas isoladas, mais afastadas dos centros urbanos como essa, com 28 alunos e um professor, é comum que as atividades descritas privilegiem a própria comunidade. Nesse caso, o trabalho com a

terra, capinar, plantar, colher era bem próximo do que suas famílias já faziam. Nesse jornal, os textos dos estudantes descreviam as condições climáticas experienciadas, como geada, fortes chuvas etc., e como elas prejudicavam a agricultura da localidade. Há, por outro lado, a preocupação em demonstrar que outras associações estavam sendo criadas, afinal dois exemplares do jornal deveriam seguir junto à correspondência oficial para o Departamento de Educação, na capital, Florianópolis. Em abril, por exemplo, Helena Loch (1941, p. 3), do 3º ano escreveu: “O nosso professor quer fundar a biblioteca escolar, dizendo que é absolutamente necessária. Já arrumou uns livros”. Nos anos seguintes, ainda aparecem campanhas para arrecadação de livros, denotando que não é tarefa fácil ter uma biblioteca numa escola pequena e afastada.

Observa-se que as crianças recebiam incentivos vindos do Departamento, seja pela visita do inspetor, que é noticiada no jornal, seja por meio de correspondência. Há indícios disso no exemplar de outubro de 1943, em que a estudante Hilda Eller, do 2º ano, aludia o aniversário do jornal:

O nosso simples e modesto jornal escolar *O Cruzeiro* entra com esse número no sétimo ano. Como nosso lugar é um recanto afastado do comércio e do movimento nós não temos condição de sair, só de a cavalo é imaginável, que é nosso jornal muito muito simples e modesto. Sabemos que os nossos superiores estimam ele, embora seja simples, e isto nos consola e dá ânimo de continuar. (Eller, 1943, p. 1)

As narrativas d'*O Cruzeiro* expressam, em sua simplicidade, a densidade simbólica das práticas escolares nas zonas coloniais e rurais. Cada traço a lápis, cada variação de letra ou deslize gramatical, é um vestígio de uma escola que escrevia sob o olhar do Estado, mas também sob o ritmo de sua própria vida comunitária. As narrativas sobre o plantio, o clima e o cotidiano rural mostram a imbricação entre o mundo da escola e o da roça, fronteiras que se confundem, tanto no trabalho quanto na linguagem. Em suas páginas, o projeto de nacionalização ganha forma concreta, traduzido em gestos escolares de escrita e de pertencimento. O português corrigido e o orgulho pela continuidade do jornal indicam que, mesmo distante dos centros urbanos, aquelas crianças participavam do esforço de construir o sentido de uma brasiliade aprendida.

A comparação entre os jornais das escolas isoladas e os dos grupos escolares permite perceber como o projeto de nacionalização adquiriu feições distintas conforme o espaço social e pedagógico em que se materializou. Nos contextos coloniais e rurais, como o de *O Cruzeiro* e *A Escola*, o jornal assumiu funções e intensidades variadas. Em Nova Bremen, há o registro da vigilância sobre a língua, especialmente a alemã, a atuação da Liga Pró-Língua Nacional e a incorporação de símbolos do Estado Novo. Em Rio Corujas, por outro lado, embora também submetidos às prescrições do Departamento de Educação, os estudantes narram prioritariamente o ritmo da comunidade, o trabalho do Clube Agrícola, o clima e as dificuldades materiais de uma escola isolada. Se, em *A Escola*, o jornal operava como instrumento de reconfiguração identitária em meio à política de nacionalização, em *O Cruzeiro* ele funcionava como arquivo do cotidiano rural e como estratégia de comunicação com a autoridade central, num esforço de mostrar adesão às expectativas oficiais. Ambos, no entanto,

revelam a articulação entre cultura escolar e cultura política, compondo formas localizadas de viver e narrar o projeto de brasiliade do período.

Já nas escolas urbanas, especialmente nos grupos escolares, a escrita adquire novos enquadramentos: passa a registrar a vida institucional, os rituais cívicos e as relações com a cidade, incorporando com maior nitidez o discurso oficial do Estado Novo. Por exemplo, *A Criança Brasileira*, assinado por estudantes dos cursos Primário e Complementar do Grupo Escolar Lauro Müller, de Florianópolis, era impresso em formato tabloide. É um jornal que traz variadas descrições das práticas escolares, mas também da cidade, das suas casas e relações familiares, das visitas que faziam e de como recebiam as notícias de seu tempo, como as da Segunda Guerra, mostrando sua inserção na sociabilidade urbana do período. Em novembro de 1942, o texto assinado pelo estudante José Hamilton Duarte Silva, do 1º ano Complementar, descreve a visita da turma a “Exposição do material de propaganda nazista”:

No dia 28 de julho, à tarde, o nosso diretor, Sr. Sálvio Oliveira, levou-nos à Secretaria da Ordem Política e Social para vermos a exposição de utensílios de propaganda nazista. Existiam aí: bandeiras de seda, de um lado alemã e do outro lado brasileira; o busto do Hitler feito a canivete; um depósito para se-los em forma de tanque de guerra, tendo em cima a bandeira alemã [...]. Havia ainda retratos de Hitler; condecorações com o distintivo alemão, livros, jornais, dicionários, revistas e álbuns; livros escolares ensinando o alemão; aparelhos rádio transmissor [...]. Visitamos também o presídio onde se encontravam muitos alemães presos. (Silva, 1942, p. 1)

A visita descrita pelo estudante, exemplifica como o discurso nacionalista e as tensões da guerra mundial atravessavam o espaço escolar, conectando a experiência dos estudantes a um cenário político mais amplo. A perspectiva do estudante sobre o conflito, mediado pela autoridade docente e pelas diretrizes oficiais, convertia-se em lição cívica: reconhecer o “inimigo” era também aprender a amar a pátria. Essa pedagogia dos sentidos e da lealdade, que aproximava os estudantes dos acontecimentos que envolviam o Brasil, manifestava-se de modo ainda mais estruturado nas atividades das associações auxiliares. Entre 1942 e 1945, a Liga Pró-Língua Nacional, a Liga da Bondade e o Pelotão da Saúde ocuparam as páginas do jornal com iniciativas que buscavam transformar sentimentos e valores em gestos de cívismo, moralidade e pertença. Nas atividades descritas, questões cívicas eram associadas à exaltação de valores patrióticos, à higiene, à caridade e, por vezes, à paz. Datas comemorativas, principalmente as de cunho cívico-patriótico, além da exaltação de cunho ufanista de acontecimentos e dos considerados “vultos e heróis nacionais”, também se fizeram presentes de modo constante em suas páginas.

A Liga Pró-Língua Nacional, fundada em 02 de março de 1942, foi noticiada no jornal como “valiosa instituição que visa intensificar o gosto pelas coisas da nossa língua e da terra” (Nascimento, 1942, p. 2). Entre 1942 e 1952 todos os exemplares publicados deram algum destaque às suas atividades. São recorrentes, por exemplo, a organização das semanas: “da Criança”, “de Caxias” e a da “Brasilidade”, que ficavam sob sua responsabilidade. Também era sua incumbência a promoção de concursos de caráter literário. A troca de cartas entre estudantes desse grupo, com outras escolas do Estado e fora dele, ganharam projeção, assim como os concursos permanentes de redações e declamações envolvendo estudantes

de diferentes anos escolares. Havia concursos externos também, em que crianças do Lauro Müller competiam com as de outra escola, mas essas, embora regulares, não eram nomeadas como permanentes (Silva, 2013; Cunha e Silva, 2020).

Os “Álbuns em Desfile”, que culminavam em festas ou cerimônias comemorativas realizadas no mês de outubro, na “Semana da Criança”, eram sempre descritas. Os álbuns eram confeccionados pelos estudantes com a ajuda e orientação de um professor. Neles destacavam-se –por meio de seleção de imagens e frases coladas num cartaz– as belezas do Brasil, suas paisagens e outros aspectos geográficos, também elementos do que era considerado progresso e, sobretudo, biografias dos “vultos brasileiros”. No dia da festa os estudantes passavam de sala em sala, mostrando o álbum confeccionado por cada turma enquanto dissertavam sobre o conteúdo nele privilegiado. Por isso, o nome “Álbuns em desfile”. No dia do encerramento da “Semana da Criança” os álbuns eram votados para se escolher o vencedor. Diferentes personagens de passados distantes e recentes foram escolhidos como vultos nos anos de 1942 a 1945. A lista inclui, entre outros: Tiradentes, Machado de Assis, Duque de Caxias, Anita Garibaldi e, é claro, Getúlio Vargas. O estudante Varnel Sousa (1944, p. 4) que recitou sobre Getúlio Vargas no concurso “Vultos brasileiros em desfile” teve seu verso reproduzido no centro de uma das páginas do jornal, em destaque. Nota-se a constante presença de Getúlio Vargas e mesmo de Nereu Ramos na galeria de heróis desse jornal escolar. Ambos aparecem de forma marcante nas capas das edições em fotos centralizadas, em temas de redações e concursos, bem como em outras homenagens prestadas a eles em diferentes notas.

Convém notar que nos jornais das escolas isoladas os “Álbuns” têm feições menos relevantes nas narrativas sobre as atividades das Ligas Pró-Línguas Nacionais. Muito provavelmente pela dificuldade material de se realizar o empreendimento, conseguir imagens, fazer festas, providenciar premiações etc. No jornal *A Escola*, de Nova Bremen por exemplo, há referências aos “Álbuns”, mas o registro mais significativo é o empenho em encontrar material suficiente para concretizá-lo na escola: “Estamos juntando fotografias de homens ilustres brasileiros e retratos de cidades e paisagens do Brasil para colar nos álbuns” (Höeltge, 1941, p. 3). A aproximação entre ambas as experiências evidencia como uma mesma prática prescrita circulava por contextos escolares distintos, adquirindo matizes locais sem perder seu sentido nacionalizador. No grupo escolar urbano, os álbuns ganhavam projeção e estruturavam um repertório cívico alinhado ao discurso oficial; na escola colonial alemã, os “desfiles” não aparecem. No entanto, não deixa de se configurar como exercício de adesão simbólica ao Brasil, articulando pertencimento e vigilância linguística.

Esses são exemplos capazes de evidenciar pontos em comum e de distanciamento dos jornais publicados no período e que tem relação direta com o tipo de escola, sua localização, condições materiais de elaboração dos jornais. Mas o que se observa, nesse período, é que o jornal passa a ocupar uma dupla função nas escolas. Era uma prática pedagógica que deveria atender às expectativas demandadas às associações auxiliares e, ao mesmo tempo, operava como importante divulgador das atividades desenvolvidas pelas outras associações auxiliares existentes, como os clubes agrícolas e as ligas-pró-língua nacional. Ele é também um veículo de memória do que se queria legar ao futuro, naquele passado.

O Decreto 2.991, de 28 de abril de 1944, que chegou às escolas por meio da Circular 42, em maio, do mesmo ano, apresenta instruções detalhadas de elaboração desses materiais, inclusive com exemplos de cabeçalhos, capa, organização interna, conteúdo etc.

Vantagens do Jornal

Ao ser focalizada, na escola, a importância do jornal, o professor fará uma exposição do assunto, evidenciando os seguintes tópicos:

1º - O jornal representa uma coleção de trabalhos que se concentra em um só todo, e assim para, no futuro, poderem os novos alunos conhecer as realizações do passado.

2º - Muitos alunos que têm queda pela narração, descrição, contos, poesias, crônicas, desenho, caligrafia, terão oportunidade de expandirem a sua inclinação, podendo ser o jornalzinho uma fonte, onde fará brotar tendências latentes da alma juvenil.

3º - Possuindo as diversas seções adiante descritas, servirá ainda para gravar certos pormenores íntimos da vida local que, mais tarde, servirão como elemento valioso de consulta, quando tivermos de escrever a história da região.

4º - Os pais, por meio do jornalzinho, ficarão a par, não só do progresso de seus filhos, como terão a oportunidade de verificar as vantagens que outras crianças estão realizando, pois no jornal, teremos várias manifestações da vida escolar. (Santa Catarina, 1945, p. 130; grifos meus)

Reinhart Koselleck (2014, p. 232), em suas reflexões sobre as determinações temporais históricas, escreve que “todo presente se entende simultaneamente para a frente e para trás – um presente passado com seus passados passados e seus futuros passados”. Esse documento normativo pode ser lido como um exemplo da combinação das três dimensões temporais: passado, presente e futuro. O texto foi produzido naquele presente como prescrição imediata para o trabalho com os jornais; também remete ao passado ao projetá-los como lugar de registro das “realizações” e dos “pormenores da vida local”; e, ao mesmo tempo, orienta-se ao futuro ao atribuir-lhes a função de memória e legado, “para que os novos alunos conheçam”; “quando tivermos de escrever a história da região”. Trata-se de um presente que se estrutura como futuro passado: a escrita escolar é normatizada para converter-se, posteriormente, em documento histórico, articulando expectativa e experiência em meio ao projeto de nacionalização do Estado Novo. Ao inscrever o jornal escolar nesse horizonte, o decreto produz uma forma de temporalidade própria: a escola atua no presente, mas sob o imperativo de construir um passado útil ao futuro, em coerência com o projeto de nacionalização e com as temporalidades políticas que caracterizaram o período.

O jornal é inscrito e significado como legado. É uma narrativa produzida num presente passado e em um contexto político, social e cultural específico: nacionalização, ideia de um “Brasil Novo”, de políticas direcionadas à construção de uma identidade nacional condizente com as aspirações do projeto político estadonovista. Do ponto de vista interpretativo, tais iniciativas inscrevem-se numa cultura política que buscou socializar valores e símbolos capazes de integrar a população em um imaginário nacional compartilhado. Ângela de Castro Gomes (2007, p. 49) sugere que a cultura histórica foi uma “dimensão constitutiva e também estratégica da cultura política” no Estado Novo. Isso porque houve um esforço explícito em

divulgar, por diferentes meios e estratégias, normas e valores considerados próprios a “identidade nacional brasileira”, que deveriam ser apreendidos por todos. Tais práticas envolviam leituras do passado e projeções de futuro. Nas acepções de Berstein (1998) e Rüsen (2009, 2014), as culturas política e histórica podem ser interligadas pelo sentido atribuído às temporalidades passadas e futuras, num determinado presente.

Compreende-se que a articulação dessas dimensões oportuniza uma visada mais ampla sobre o lugar que as temporalidades ocupam num determinado projeto político. O conceito de cultura política pode ser mobilizado para interpretar como um sistema de valores e representações orienta práticas e legitima formas de poder, fornecendo referenciais simbólicos que organizam o comportamento coletivo. Como a própria cultura, “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (Berstein, 1998, p. 353). A cultura histórica, compreendida a partir de Jörn Rüsen (2009, 2014), oferece um modo de observar as diferentes formas e funções por meio das quais o passado é interpretado e mobilizado para orientar o presente e o futuro no espaço público. No Estado Novo, a cultura política apropriou-se da cultura histórica como instrumento pedagógico e moral, transformando a história em linguagem de legitimação e em dispositivo de formação cívica. Assim, no Estado Novo e, no caso catarinense em particular, a cultura política mobilizou a cultura histórica como instrumento de coesão simbólica: o passado foi reconfigurado pedagogicamente para reforçar o ideal de uma “nação brasileira”. Em contrapartida, a cultura histórica legitimou a cultura política ao apresentar o projeto de nacionalização como inerente à própria história nacional.

É provável que essa orientação sobre passado e futuro, contida no decreto de 1944, tenha circulado pelas escolas e contribuído para produzir sentidos sobre a importância dos jornais, por anos que ultrapassaram o Estado Novo. Instigante notar que trechos que remetem a essa mesma ideia foram encontrados em jornais criados, após 1945. O jornal *O Patriota*, da Escola Municipal de Serra Alto Rio dos Índios, Distrito Presidente Getúlio, em Ibirama, foi fundado em fevereiro de 1948. Na ata do jornal, de 2 de agosto de 1948, a estudante Carmelina dos Santos, do 3º ano, escreve: “O nosso jornal representa uma coleção de trabalhos que se encontrará em um só todo, e assim para no futuro poderem os alunos conhecer as realizações do passado” (Santos, 1948, s.p.). N'A Voz da Criança, da Escola Estadual de Rui Barbosa, da Linha Pascoal, cidade de Tangará, fundado em abril de 1951, o estudante Ari Otávio Franke repete o trecho quase literalmente:

O jornal representará uma coleção de nossos trabalhos. E assim para o futuro os novos alunos da nossa escola poderão conhecer as realizações do nosso passado. Os pais por meio do nosso jornalzinho ficarão a par, não só do progresso de seus filhos, como terão a oportunidade de verificar as vantagens que estavam realizando. (Franke, 1951, p. 2)

A permanência quase literal desses enunciados, nos jornais produzidos nos anos seguintes, sugere que a prescrição estatal ultrapassou o domínio da norma e converteu-se em hábito discursivo, incorporado à linguagem cotidiana da escola. Mais do que simples repetição, trata-se de um processo de apropriação e de reinterpretAÇÃO, em que professores e estudantes reinscrevem sentidos oficiais em narrativas locais, dando continuidade a um regime de historicidade que havia sido instituído durante o Estado Novo. Nesse sentido, o

jornal escolar funcionava como um elo entre cultura política e cultura histórica: nele se condensam as formas de memória e de temporalidade ensinadas na escola, que visavam ordenar o passado e projetar o futuro segundo a pedagogia da nação. O vestígio do passado só adquire significado quando reinterpretado; e é justamente nessa reinterpretação, nas páginas dos jornais, nas narrativas dos estudantes que se mostra a força da cultura escolar como mediadora simbólica entre o projeto político e as experiências do cotidiano. O discurso normativo do Estado transforma-se, assim, em prática de escrita e de memória, sustentando uma pedagogia da brasiliade que, mesmo após o fim do Estado Novo, continuou a moldar modos de narrar, sentir e pertencer à nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornais escolares catarinenses produzidos nas décadas de 1930 e 1940 indicam, em suas páginas, mais do que a aplicação de normas oficiais ou o reflexo de um projeto político de nacionalização. Eles testemunham o modo como a escola apropriou-se das prescrições do Estado e as converteu em práticas cotidianas de escrita, leitura e celebração. Nesse gesto, a palavra manuscrita ou impressa tornou-se um território de mediações, no qual se cruzam em diferentes planos a cultura política, que orienta e normatiza, e a cultura escolar, que interpreta, reescreve e reinventa.

Ao determinar que todas as escolas públicas e particulares produzissem jornais, o Departamento de Educação não apenas disciplinou a escrita, mas também instituiu uma forma de narrar o tempo e de educar pela memória. As orientações constantes em circulares e decretos, ao estabelecerem que o jornal deveria “gravar pormenores da vida local” e servir “para o futuro conhecer as realizações do passado”, configuraram uma verdadeira pedagogia da lembrança: um modo de historicizar o cotidiano escolar e de ensinar o pertencimento à nação. A exigência de que o jornal escolar reunisse textos destinados a serem consultados “no futuro” – por novos alunos ou por aqueles que escreveriam a história da região – indica o esforço de organizar o presente como futuro passado, isto é, como testemunho preparado para se estratificar no tempo (Koselleck, 2014). Sob essa perspectiva, o jornal é concebido como um artefato que, ao ser produzido no presente, já se antecipa como documento de memória, como registro pronto para ser reinscrito nos estratos temporais da escola. Essa orientação evidencia o modo como o Estado Novo buscava moldar expectativas, criando práticas que vinculavam a experiência escolar imediata às projeções de um “Brasil Novo”.

Mas nas mãos de professores e estudantes, esse mesmo instrumento normativo converteu-se em prática viva: cada texto, cada relato, cada verso sobre o trabalho no campo, sobre as festas, os heróis e as paisagens, é também um exercício de memória e de autoria. A uniformização desejada pelo Estado deu lugar, nas escolas, a um mosaico de narrativas, em que se mesclam obediência e invenção, rotina e criação, silêncio e expressão. Ao serem preservados –primeiro pela burocracia, depois pelo arquivo– esses jornais se tornaram testemunhos de uma cultura escolar que se constituiu entre o dever e o desejo, entre o nacional e o local. Neles, o passado se oferece como escrita de um presente que buscava ensinar o futuro. Como lembra Escolano Benito (2017, p. 24), “a prática escolar é cultura, e não um simples repertório de mediações instrumentais aleatórias que ocorrem na realidade”.

Um espaço onde o simbólico se torna objeto e o aprendizado se faz memória. Assim, entre lápis, canetas, linhas e margens, o país também se fazia de papel, na delicada matéria em que o gesto de escrever convertia o cotidiano escolar em projeto de nação.

REFERÊNCIAS

- Areão, J. S. (1937). Relatório apresentado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, 4º trimestre de 1936. Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Berstein, S. (1998). A cultura política. Em J.-P. Rioux e J.-F. Sirinelli (Orgs.), *Para uma história cultural* (pp. 349-363). Editorial Estampa.
- Bombassaro, T. (2006). *Semanas educacionais: A arquitetura do poder sob a celebração da didática* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Casasanta, G. (1939). *Jornais escolares*. Cia. Editora Nacional.
- Chiosso, G. (2019). A imprensa pedagógica e escolar na Itália entre o século XIX e XX. *História da Educação* 23. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592019000100314
- Cunha, M. T. S. e Silva, C. B. da (2020). Jornais escolares: Arautos de ensinamentos patrióticos e pacifistas (Santa Catarina, Brasil, 1940-1960). *Sarmiento: Anuario Galego de Historia da Educación* 24, 71-90. <http://hdl.handle.net/2183/28165>
- Eller, H. (15 de outubro de 1943). Aniversário. *O Cruzeiro*. Escola Isolada Municipal de Rio Corujas, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Escolano Benito, A. (2017). *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia* (Trad. H. H. P. Rocha e V. L. G. da Silva). Editora Alínea.
- Fiori, N. A. (2002). Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. *Revista Perspectiva* 20, 231-260.
- Franke, A. O. (26 de abril de 1951). Fundação do jornal. *A Voz da Criança*. Escola Isolada Estadual de Rui Barbosa, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Freinet, C. (1974). *O jornal escolar* (Trad. F. Q. Branco). Editorial Estampa.
- Gomes, A. de C. (2007). Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. Em M. Abreu, R. Soihet e R. Gontijo (Orgs.), *Cultura política e leituras do passado: Historiografia e ensino de História* (pp. 43-63). Civilização Brasileira.
- Hernández Díaz, J. M. (Coord.) (2015). *La prensa de los escolares y estudiantes: su contribución al patrimonio histórico educativo*. Ediciones Universidad de Salamanca.
- Höeltge, E. (5 de junho de 1941). O nosso jornal. *A Escola*. Escola Estadual de Nova Bremen, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

- Kniess, A. (15 de fevereiro de 1941). Biblioteca Escolar. O Cruzeiro. Escola Isolada Municipal de Rio Corujas, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Koselleck, J. (2014). *Estratos do tempo: estudos sobre a história* (Trad. M. Hediger). Contraponto, PUC-Rio.
- Loch, H. (15 de abril de 1941). Clube Agrícola. O Cruzeiro. Escola Isolada Municipal de Rio Corujas, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Marcelino, E. A. G. (1936). Relatório. *Revista de Educação: Órgão do Professorado Catarinense* 1(4-5), 43-46. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Hemeroteca Digital Catarinense.
- Martineli, L. P. e Machado, M. C. G. (2021). A produção periódica estudantil oitocentista. *Revisão Educação em Questão* 60(59). <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/25671>
- Nascimento, A. (5 de junho de 1942). Liga Pró-Língua Nacional. *A Criança Brasileira*. Grupo Escolar Lauro Müller, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Hemeroteca Digital Catarinense.
- O problema da educação estética (27 de janeiro de 1931). *Diário de Notícias*. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Otto, F. (2012). *As associações auxiliares da escola e a forma de transmissão das dimensões valorativas e morais da sociedade catarinense: O caso das “Ligas de Bondade” (1935-1950)* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de São Paulo.
- Pereira, H. (5 de junho de 1941). O nosso jornal. *A Escola*. Escola Estadual de Nova Bremen, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Racine, K. (2020). Newsboys: Spanish American Patriot Children and “The Hazelwood Magazine” in Birmingham, England, 1820s. *Estudos Ibero-Americanos* 46(2). <https://pucrs.emnuvens.com.br/iberoamericana/article/view/35358>
- Reck, I. (15 de março de 1941). Clube Agrícola. O Cruzeiro. Escola Isolada Municipal de Rio Corujas, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento* (Trad. Alain François et al.). Editora da Unicamp.
- Rüsén, J. (2009). ¿Qué es la cultura histórica? *Culturahistórica.org*. <https://culturahistorica.org/jorn-rusen/>
- Rüsén, J. (2014). *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã* (Trad. N. Schneider). Vozes.
- Santa Catarina (1945). Decreto n.º 2.991, de 28 de abril de 1944 / Circular n.º 42, 10 de maio de 1944. Em *Circulares de 1943 e 1944*. Imprensa Oficial do Estado.
- Santos, C. dos (2 de agosto de 1948). Ata do jornal *O Patriota*. Escola Mista Municipal de Serra Alto Rio dos Índios, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Scharf, I. (1 de março de 1943,). Início das aulas. *A Escola*. Escola Estadual de Nova Bremen, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

- Silva, C. B. da (2013). Cultura escolar e cultura política: Projeto de nacionalização e o jornal escolar *A Criança Brasileira* (Santa Catarina, 1942-1945). *História da Educação* 17(40), 175-195. <https://www.scielo.br/j/heduc/a/Tbrn36kT8kJfnLCKJ7dBH/>
- Silva, C. B. da (2014). Nação e região e a unidade nacional: uma leitura a partir de dois livros didáticos de História publicados na Primeira República. *Revista Brasileira de Educação* 19(57), 349-374. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000200005>
- Silva, C. B. da (2020). Patrimônio educativo. Em A. Carvalho e C. Meneguello (Orgs.), *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos* (pp. 205-209). Editora da Unicamp.
- Silva, C. B. da (2025). Jornal escolar como lugar de entrecruzamentos de práticas, memórias e culturas (Santa Catarina, década de 1940). *Fronteiras. Revista Catarinense de História* 45, 151-181. <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2025n45.14660>
- Silva, C. B. da e Vieira, V. M. (2024). Jornal escolar *O Girafinha* como vestígio de culturas de escola e de memórias (Maravilha/SC, décadas de 1970-1980). *História da Educação* 28, 1-26. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/133348>
- Silva, C. B. da e Zamboni, E. (2013). Cultura política e políticas para o ensino de História em Santa Catarina no início do século XX. *Revista Brasileira de História* 33(65), 135-159. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882013000100006>
- Silva, C. B. da, Gesser, C. H., Dutra, E. M. e Martins, R. V. (2023). *Catálogo dos jornais escolares catarinenses*. <https://jornaiscolarescatarinenses.webnode.page/catalogo/>
- Silva, I. (2 de março de 1942). Visita na nossa escola. *A Escola. Escola Estadual de Nova Bremen*, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Silva, J. H. D. (12 de novembro de 1942). Exposição do material de propaganda nazista. *A Criança Brasileira*. Grupo Escolar Lauro Müller, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Hemeroteca Digital Catarinense.
- Sousa, V. (outubro de 1944). Getúlio Vargas. *A Criança Brasileira*. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Hemeroteca Digital Catarinense.
- Trindade, L. S. B. da (2 de julho 1936). Semana educacional. *República* (pp. 7-8). Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Hemeroteca Digital Catarinense.
- Trindade, L. S. B. da (1937). Circular n.º 7 (12 de abril de 1937). Em *Circulares de 1930 e 1941* (p. 27). Imprensa Oficial do Estado.